



# Panorama da Conservação e Restauro de Documentos e Patrimônio Histórico Em São João Del-Rei | *Saul Ferdinando de Oliveira Carvalho*<sup>1</sup>

**Resumo:** Em São João del-Rei existem diversos arquivos de documentos em papel dos séculos XVIII, XIX e XX que configuram importante fonte primária de pesquisa. Esta documentação encontra-se desorganizada e poucas passaram por medidas de conservação. Também saber onde está localizada cada documentação e ter acesso a ela é bastante difícil. Com base na experiência adquirida no trabalho do Labdoc/UFSJ na recuperação de acervos documentais e obras do patrimônio histórico de Minas Gerais, irei aqui expor a realidade da conservação e restauração de documentos manuscritos na cidade de São João del-Rei. Irei apresentar os acervos documentais da cidade, onde estão, seu estado de conservação e quais são as possibilidades e dificuldades de pesquisá-los. Também discutirei os rumos e as dificuldades de investimentos na área de preservação do patrimônio documental, bem como sua importância cultural.

**Palavras-chave:** conservação, restauro, LABDOC, documentos históricos, São João del-Rei

**Abstract:** In São João del-Rei there are several archives of paper documents from the 18th, 19th and 20th centuries that constitute an important primary source of research. This documentation is disorganized and few have been subject to conservation measures. In addition, it is very difficult to locate the documents as well as access them. Based on the experience gained from working at Labdoc / UFSJ in the restoration of documentary collections and works of the historical heritage of Minas Gerais, I will expose the reality of the conservation and restoration of manuscript documents in the city of São João del Rei. I will present the documentary collections of the city, indicating where they are located, their state of conservation and what are the possibilities and difficulties of research them. I will also discuss the directions and difficulties of investments on the area of documentary heritage preservation, as well as its cultural importance.

**Keywords:** conservation, restoration, LABDOC, historical documents, culture, São João del-Rei

---

<sup>1</sup> Graduado e mestre em artes visuais pela Unicamp, Especialista em restauração e conservação de documentos pela Universidade Complutense de Madrid, Restaurador – Labdoc/UFSJ. saul@ufsj.edu.br



## **Introdução**

A cidade de São João del-Rei pertence à mesorregião do Campo das Vertentes em Minas Gerais, região que conta com diversos bens pertencentes ao patrimônio artístico e histórico nacional espalhados por diversas cidades. A cidade de São João del-Rei, além das edificações históricas entre outros haveres, conta com dezenas de acervos documentais datados dos séculos XVIII, XIX e XX os quais contam a história de seu povo, da cidade, bem como de seus bens históricos. Estes acervos documentais, em sua maioria, apresentam desgaste pelo tempo e ainda não receberam os devidos cuidados profissionais de conservação e restauro.

O acesso a estes acervos para consultas e pesquisas é restrito e muitas vezes árduo. Ocorre que, exceto pelos documentos judiciais que estão na sede do IPHAN da cidade e há normatização de consulta, os demais acervos documentais ficam sob a guarda das igrejas e confrarias religiosas, tendo seu acesso gerenciado pelos mesmos, que não raro dificultam que se chegue aos documentos pelos mais diversos motivos.

Sobre o que são e seu contexto, as ordens e irmandades religiosas ou confrarias, Adalgisa (CAMPOS, 2011) explica que Portugal permitia na colônia brasileira apenas a fundação de ordens terceiras e irmandades, genericamente tratadas pelo termo confrarias. As ordens terceiras eram compostas por leigos e tinham como função a preocupação com a espiritualidade de homens e mulheres comuns, bem como atos de caridade; também eram uma espécie de mecenas artísticos na colônia. As irmandades, também compostas por leigos, não tinham vínculo com as ordens conventuais. Tais agremiações mantinham um aspecto devocional e dedicavam-se ao culto dos santos, dos anjos, das almas do purgatório, de Nossa Senhora e da Santíssima Trindade.



As principais confrarias fundadas em São João del-Rei são: a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, Irmandade do Santíssimo Sacramento, Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, Irmandade de Nossa Senhora Do Rosário Dos Homens Pretos, Irmandade de São Miguel e Almas, Irmandade de São Gonçalo Garcia, Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Arquiconfraria de Nossa Senhora das Mercês.

### **O trabalho de Conservação e restauro de acervos documentais do LABDOC.**

O Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental do Departamento de Ciências Sociais da UFSJ – LABDOC, localizado no Campus Dom Bosco em São João del-Rei, vem atuando desde 2002 na recuperação de acervos documentais dos fóruns de São João del-Rei, Oliveira, Itapecerica, Conselheiro Lafaiete e Formiga (destaque para a documentação cível e criminal da Comarca do Rio das Mortes). Tais acervos constituem importante fonte primária de pesquisa para historiadores e outros pesquisadores. Eles vêm sendo restaurados, catalogados, digitalizados e disponibilizados na internet através do site “Projeto Fórum Documenta”, criado pelo professor Ivan Vellasco<sup>2</sup>.

O LABDOC também disponibiliza em sua página na internet<sup>3</sup> um inventário dos principais acervos em papel de São João del-Rei, trabalho da Professora

---

<sup>2</sup> <https://documenta.direito.ufmg.br/>

<sup>3</sup> <https://ufsj.edu.br/labdoc/guias.php>



Maria Leônia Chaves de Resende do Departamento de Ciências Sociais da UFSJ, DECIS, e com colaboração da professora Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves (RESENDE, 2005). São eles:

- Câmara Municipal de São João del-Rei - Acervos Eclesiásticos da Diocese de São João de-Rei (inventário de fontes do acervo da Arquiconfraria de Nossa Senhora das Mercês; catálogo de fontes documentação da Santa Casa da misericórdia; Inventário de fontes do acervo da paróquia de Nossa Senhora do Pilar; inventário de fontes do acervo da Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte; guia de fontes do arquivo da Irmandade de Nossa Sra. do Rosário dos Homens Pretos de São João del-Rei; inventário de fontes do acervo da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar; inventário de fontes do acervo da Irmandade de São Gonçalo Garcia; inventário de fontes do acervo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar; inventário de fontes do acervo da Irmandade de São Miguel e Almas da Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar; inventário de fontes do acervo da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo; inventário de fontes do acervo da Ordem Terceira de São Francisco de Assis; Inventário do Acervo Eclesiástico de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno (Rio das Mortes, distrito de São João del-Rei); inventário de fontes da documentação da capela de São Gonçalo do Brumado, de São Gonçalo do Amarante (distrito de São João del-Rei);

- inventário de fontes dos acervos da paróquia, capelas filiais, agremiações religiosas e irmandades matriz de Nossa Senhora da Conceição de Prados - MG. Prados pertence à Diocese de São João del-Rei;



• inventário do acervo eclesiástico de Tiradentes – MG (inventário de fontes do arquivo paroquial da Matriz de Santo Antônio; inventário de fontes das capelas filiais da Matriz de Santo Antônio; inventário de fontes da Irmandade da Caridade de Nossa Senhora da Piedade; inventário de fontes da Irmandade da Santíssima Trindade; inventário de fontes da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês; inventário de fontes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário; inventário de fontes da Irmandade de São João Evangelista; inventário de fontes da Irmandade de São Miguel e Almas Matriz de Santo Antônio; inventário de fontes da Irmandade do Santíssimo Sacramento Matriz de Santo Antônio; inventário de fontes da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Descendimento). Tiradentes pertence à Diocese de São João del-Rei;

- acervo de obras raras e antigas da Biblioteca Municipal Baptista Caetano D' Almeida;
- acervos teatrais – Acervo Antônio Guerra.

Vale ainda destacar duas iniciativas em São João del-Rei por parte da própria Diocese. A primeira é o Arquivo da Diocese de São João del-Rei, localizado na Sede da Cúria Diocesana, no centro da cidade, na Praça Frei Orlando, arquivo este mantido pela Diocese o qual mantém o acervo recente e antigo da própria Diocese. É aberto a pesquisadores.

A outra iniciativa é por parte da Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar, também conhecida como Matriz de Nossa Senhora do Pilar, sede da Diocese, a qual reúne a documentação de várias irmandades em uma sala cedida pelo Museu de Arte Sacra de São João



del-Rei. Entretanto este acervo ainda não conta com documentos de todas as irmandades, e as consultas são feitas mediante agendamento prévio com a própria Diocese, uma vez que o Museu de Arte Sacra não é o responsável pela documentação.

Outros acervos documentais diversos, assim como itens do patrimônio histórico, já tiveram sua passagem pelo LABDOC, seja para um procedimento de desinfestação de insetos ou higienização e restauro pormenorizados. Muitos outros acervos documentais da cidade tiveram tratativas para serem restaurados pelo LABDOC, mas os acordos emperraram quase sempre por falta de recursos financeiros do proponente e em alguns casos mediante a burocracia. As confrarias religiosas, por exemplo, não dispõem de grandes recursos, e os valores necessários para recuperar suas respectivas documentações não possibilitam a realização do trabalho. Há ainda, corriqueiramente, o desconhecimento pela confraria da importância da pesquisa e de que iniciativas tomar para a recuperação física destes documentos.

É comum testemunhar entre os responsáveis pela guarda das documentações antigas a insciência das leis, ignorância sobre seu valor público e histórico, assim como quais as possibilidades de restaurar um acervo. Tais elementos afastam e/ou dificultam profundamente o acesso de pesquisadores.

Segundo a Constituição Federal Brasileira, Capítulo II, Artigo 23, Inciso III, fica estabelecido como dever da União, Estados, distrito Federal e Municípios: “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (BRASIL, 1988). Também garante acessibilidade à informação contida em documentos públicos através de seu Capítulo I, Artigo 5º, Inciso XXXIII (Brasil, 1988).



Na prática, a lei é pouco cumprida. Por um lado, ela garante o acesso do cidadão aos documentos e proteção aos mesmos, por outro lado não há iniciativas para garantir como será o acesso ou se ele ocorrerá. Não há qualquer tipo de fiscalização ao menos eficiente, não há exigências do cidadão em órgãos competentes para acessar documentações, tampouco há organização, catalogação, publicidade, recursos e profissionais especializados para lidar com documentações antigas.

Em tese, os documentos históricos, mesmo aqueles de confrarias religiosas, eram a única forma de registro de nascimentos, mortes e outros fatos sociais nos séculos XVIII e XIX, sendo, portanto, documentos públicos. Mas há aí uma dicotomia, pois se estes documentos são públicos, eles ainda pertencem a ordens religiosas, que ficam com o encargo de sua guarda e algumas vezes os tratam como acervo particular. E na necessidade de pesquisá-los, há de se submeter à boa vontade de párocos ou qualquer outra pessoa que lhe possibilite acessar documentações. Há ainda casos onde o acesso é negado sem maiores explicações. Em São João del-Rei não há um arquivo público que receba, centralize e trabalhe com os acervos locais. Existe apenas o IPHAN, que possui a guarda dos arquivos judiciais da cidade, e o Museu de Arte Sacra, que guarda hoje alguns dos documentos de confrarias religiosas.

### **Desenvolvimento**

O que é o tombamento? “O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito



pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias.” (IPHAN, 2019)

Segundo Denis Pereira Tavares, o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, realizado pelo SPHAN no Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937<sup>4</sup> trouxe discordâncias entre a população são-joanense e o poder público. Houve abaixo-assinados pedindo o destombamento e até mesmo protestos da população em virtude da discordância sobre quais bens seriam tombados – a população queria decidir, ela própria, quais bens tombar e quais não tombar. Isto tinha muito a ver com o desenvolvimento pelo qual a cidade passava, investimentos urbanos por parte da prefeitura e investimentos particulares em imóveis. Tudo isto culminou na redução da área tombada pelo SPHAN e até mesmo na revisão dos critérios de tombamento do órgão. Na década de 1960, outros desentendimentos surgiram e novamente o destombamento de áreas de São João del-Rei tomava pauta, havendo demolições de construções no centro da cidade e processos judiciais (TAVARES, 2012).

É possível ainda hoje encontrar na cidade pessoas contrárias ao tombamento e ecos desta oposição passada ao tombamento do centro histórico. Vale lembrar que este tombamento se restringiu a determinadas regiões do centro histórico com suas edificações, isto é, em âmbito arquitetônico. Não abarcou bens materiais móveis como as documentações em pauta aqui, muito embora elas sejam

---

<sup>4</sup> Este decreto regulamentou as atribuições do SPHAN, definiu o tombamento como meio de salvaguardar por lei o patrimônio nacional. As cidades de São João del-Rei, Tiradentes, Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Serro em Minas Gerais foram definidas como “patrimônio histórico e artístico nacional” e tiveram seus conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados. Posteriormente foram incluídos nos livros do Tombo os conjuntos de Congonhas (1941) e Sabará (1965).





seguras por lei. Alguns bens móveis como obras de arte, monumentos e outros itens tiveram tombamento posterior, uma grande parte na esfera municipal. Dentre os acervos em papel, há apenas dois tombamentos em âmbito municipal (SÃO JOÃO DEL-REI, 2018):

Acervo da Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano de Almeida. Tombamento: Decreto 2696 de 06/06/2001. Resolução 010/01 de 04/06/2001.

Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco. Tombamento: Decreto 2638 de 11/12/2000. Resolução 09/00 de 07/12/2000.

A falta de iniciativas maiores quanto a tombar e criar uma estrutura de acessibilidade para estas documentações históricas as deixam inacessíveis e desconhecidas pela população.

Dentre as documentações já visitadas para avaliação técnica do estado de conservação, todas possuem diversos problemas, como ataque de insetos, rasgos, fungos, acidificação do papel, entre outras degradações que dificultam ainda mais o trabalho do consultante que consegue chegar até elas. Há relatos de casos onde se nota um determinado apego à documentação por seus responsáveis, impedindo ou dificultando ao máximo o acesso de pesquisadores às mesmas.

Desta forma, conseguir recursos ou esperar que responsáveis por documentações tomem a iniciativa de submetê-las a procedimentos de conservação é altamente improvável, se até mesmo consultá-las para estudo ou pesquisa é algo difícil. Quiçá este protecionismo seja um fruto cultural oriundo da recusa,



por parte da população no passado, em aceitar o tombamento dos bens históricos da cidade pelo SPHAN/IPHAN. Fato é que faltam iniciativas educacionais e políticas de acesso à informação mais efetivas para a população, para garantir àqueles que buscam nestas fontes primárias informações relevantes.

Vale destacar brevemente aqui o estado de conservação pormenorizado de alguns dos acervos já citados, os quais o autor deste artigo já teve acesso.

### **Acervo de Obras Raras e Antigas da Biblioteca Municipal Baptista Caetano D' Almeida.**

O acervo pertence ao município de São João del-Rei, mas está sob guarda da UFSJ, em regime de comodato, desde 1999. São cerca de 404 livros entre os séculos XVI e XVIII, 168 livros do século XIX e 168 do século XX, totalizando 740 livros, segundo dados de uma catalogação terminada no ano de 2004 em projeto realizado pela UFSJ e gravado em CD-ROM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, 2004). O acervo tem um grande volume de livros, alguns títulos importantíssimos e muito

218

**Figura 1:** Biblioteca Municipal Baptista Caetano D' Almeida: vista da lateral esquerda da sala onde se encontram as obras raras. Foto: o autor





raros, de valor inestimável. Livros como a “*Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences des arts et des métiers*” de Diderot por exemplo.

O acervo se encontra em uma sala projetada para receber acervos bibliográficos, que proporciona condições ideais de conservação, com iluminação e entrada de ar controladas, entrada de insetos vedada, temperatura e umidade estáveis e entrada de consulentes restrita. A sala se encontra em um edifício também projetado para lidar com acervos documentais, o CEDOC/UFSJ. Todos estes fatores garantem ao acervo segurança e sobrevida em termos de conservação. Entretanto o acervo como um todo carece de recursos para um controle periódico para observação de infestações de insetos e higienização, por exemplo.

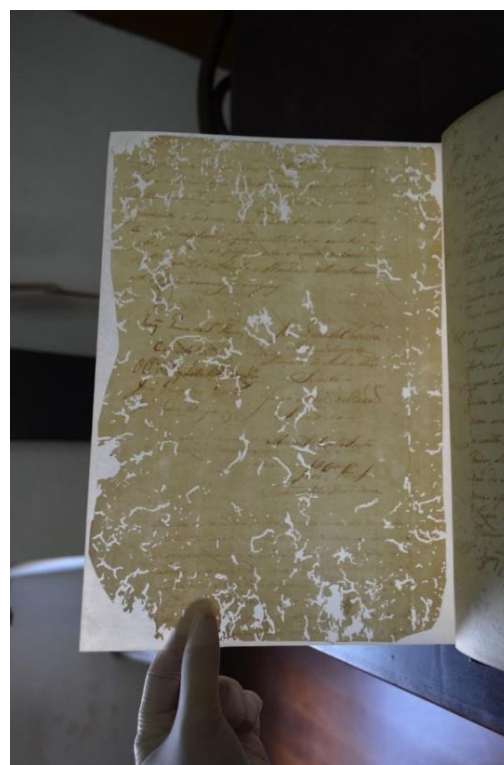


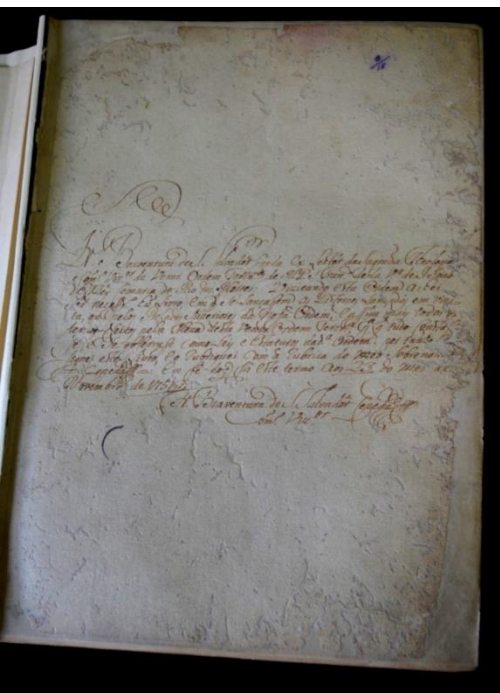
### Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis.

Encontra-se sob a guarda da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis na Igreja de São Francisco, em São João del-Rei.

**Figura 2:** Biblioteca Municipal Baptista Caetano D’ Almeida: “*Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences des arts et des métiers*” de Diderot, volumes originais e raros em bom estado de conservação. Foto: o autor

**Figura 3:** Nesta foto realizada à contraluz, fica nítida a degradação do documento original, provocada muito provavelmente por cupins (buracos em estruturas rendilhadas) e carunchos (pequenos orifícios circulares). Também se nota o papel japonês como suporte do documento danificado e ligando o documento à encadernação em códice. Foto: o autor





**Figura 4:** Primeira página do livro. Detalhe da data do primeiro documento: 23 de novembro de 1752. Foto: o autor

O livro como um todo apresenta um excelente estado de conservação. Ele foi restaurado em 1961 pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ. Isto garantiu uma sobrevivência muito boa a todos os documentos ali contidos. Todos eles foram restaurados por apresentarem, então, sinais de ataque de insetos, além de outros problemas pontuais. Ressalto aqui a ótima qualidade do restauro executado pela Biblioteca Nacional, que se encontra íntegro mesmo após cerca de cinquenta e sete anos. Apenas a capa apresenta hoje sinais de desgaste por manuseio, mas nada muito grave.

### **Acervo da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo.**

Encontra-se na Igreja do Carmo, centro de São João del-Rei. O acervo estava armazenado parte em um armário de madeira e parte em estantes de aço. Carece de medidas de conservação preventiva no local, pois passou, nos meses de maio a julho do ano de 2019, por procedimento de desinfestação em câmara de nitrogênio e higienização nas dependências do LABDOC, por iniciativa de um pesquisador.

### **Fontes Cíveis e Criminais do Fórum de São João del Rei.**

São documentos como inventários, testamentos, processos cíveis e criminais dos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Após processo de desinfestação e higienização no LABDOC, foram devolvidos ao IPHAN, onde se encontram hoje disponíveis para consulta e armazenados de maneira adequada.

### **Considerações finais**

Se por um lado o cidadão tem o direito de acesso a bens públicos como documentações antigas, por outro lado há de se entender qual o contexto daqueles que detêm a guarda destes bens, daqueles que são proprietários muitas vezes de casarões tombados pelo patrimônio histórico ou ainda pela população que vive dentro



deste contexto. Salvador Muñoz Viñas, um conservador e restaurador espanhol contemporâneo, em seu livro “*Teoría contemporánea de la Restauración*” (VIÑAS, 2010), trata de pensar a questão do patrimônio histórico no contexto do início do século XXI. Ele discute, assim como outros pensadores contemporâneos do assunto, o que é o Patrimônio da Humanidade, por exemplo. Alega que em determinados locais do mundo, especialmente o Oriente, o tombamento de edifícios antigos não faz o menor sentido do ponto de vista cultural.

221

Ressalta que Patrimônio da Humanidade é uma ideia ocidental, uma globalização dos valores ocidentais, e que esta conversão mundial está recheada de dificuldades, resistências e más interpretações. Em 1994, um grupo de pesquisadores elaborou uma lista de bens declarados como Patrimônio da Humanidade e o resultado foi uma grande maioria de patrimônio europeu e patrimônio com influência europeia fora da Europa (VIÑAS, 2010).

Quero dizer com isto que em meio aos locais históricos, vivem pessoas, e muitas vezes o tombamento destes locais não considera a vida, costumes e influência que o tombamento pode causar àqueles que vivem ali. Implica em aspectos positivos e negativos, já que a constituição de um patrimônio histórico beneficia a cultura das pessoas do país, beneficia o turismo, educação, mas não deixa de ser um ato imposto a uma população local, a qual pode não querer este tombamento, como foi o caso de São João del-Rei. E esta população é quem arca com o ônus do tombamento, ainda que existam aí interesses



econômicos. Por outro lado, o tombamento é uma medida determinante para a sobrevivência de parte do patrimônio histórico nacional e precisa ser mantido. Mais do que qualquer outro elemento, medidas educativas são importantes para a conscientização do que é e quais os benefícios do tombamento.

Os acervos documentais da cidade não possuem o apelo turístico e a visibilidade do centro histórico e das igrejas antigas; em parte por isto, eles recebem muito pouco recurso, ou nem os recebe, para sua manutenção. Os responsáveis pelos acervos, se e quando recebem recursos, recebem pouco e de forma inconstante. Mas são obrigados a conservar os acervos e garantir acessibilidade a eles. Mas aí está um ônus onde na maioria das vezes não há como arcar, o que resulta na precariedade de grande parte de acervos documentais, seja no aspecto físico quanto a seu estado de conservação, seja no aspecto de acesso aos documentos, desde o local para acondicionamento até a chegada deles às mãos do consultante.

Seria importante haver uma política pública de apoio e gestão destes documentos históricos. Uma possibilidade seria a criação de arquivos que reunissem estas documentações, possuindo recursos para sua conservação, acondicionamento adequado e contratação de pessoal qualificado para lidar com os acervos. Iniciativas como esta tem como exemplo bem-sucedido o Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte. Mas mediante o número de documentações antigas e histórias existentes somente em São João del-Rei, contabilizar o país como um todo geraria uma lista gigantesca de papéis antigos, e seria necessária a criação de muitos arquivos como o Arquivo Público Mineiro. Iniciativas como o LABDOC, ou o arquivo da Diocese de São João del Rei não são capazes de lidar com tamanho volume de documentos.

Os acervos documentais locais, alguns com quase 300 anos, não apresentam estado de conservação satisfatório de modo geral e



correm sérios riscos de irem se perdendo ao longo dos anos, em um futuro muito próximo, e enquanto isto, a história do país vai se perdendo em meio a poeira, cupins e ao tempo.

### **Bibliografia**

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: SPHAN/PróMemória, 1987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Arte Sacra no Brasil Colonial**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011.

GAMBONI, Dario. World Heritag: Shield or Target? Conservation. **The Getty Conservatios** Institute Newsletter, 16, 2: 5-11. 2001.

IPHAN. Bens Tombados. **Portal do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de, et al. **Acervos Eclesiásticos: levantamento e cadastramento dos documentos avulsos e códices nos arquivos da Diocese de São João del-Rei** (Minas Gerais, XVIII – XIX), 2005. Disponível em: <[https://ufsj.edu.br/labdoc/acervo\\_sjdr.php](https://ufsj.edu.br/labdoc/acervo_sjdr.php)>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

SÃO JOÃO DEL-REI. Prefeitura Municipal de São João del-Rei, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Guia de Bens Protegidos de São João del-Rei**, 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Z1OfvI6S1ZU1862zyYu-apZ-IeFHUzVR/view>>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

TAVARES, Denis Pereira. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei: negociação e conflito entre projeto de apropriação e uso do patrimônio**



**cultural (1938- 1967)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da FAFICH/UFMG, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI.  
**Arquivos Históricos & documentais de São João del-Rei.**  
Acervo de Obras Raras e Antigas da Biblioteca Municipal Baptista  
Caetano D’Almeida. São João del-Rei, 2004. 1 CD-ROM

VINÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporânea de la Restauración.** Madrid: Editorial Síntesis, 2010.

Artigo enviado em: 04/06/20

Artigo aprovado em: 24/07/20